

A categoria território e seus deslizamentos conceituais¹

Mônica de Carvalho²

26 de junho de 2017

O objetivo deste texto é contribuir para uma discussão, ainda que preliminar, sobre a noção de território, menos com a intenção de esgotar o seu sentido, mas visando sugerir uma matriz genealógica por meio da qual seja possível identificar os seus diversos deslizamentos conceituais considerando os diferentes momentos de sua apropriação no campo do conhecimento. Não tenho a pretensão de esgotar a vasta bibliografia que há sobre o tema, recorrendo aos autores conforme permitam ilustrar a hipótese do deslizamento conceitual sugerido.

Parto da premissa de que uma discussão contemporânea sobre a noção de território demanda que se tome como ponto de partida a *figuração* que ela constitui com a noção de globalização, no sentido eliasiano do termo (Elias, [1970] 2005; Elias, [2002] 2006, p. 25-27), de forma a sugerir que são noções interdependentes – o sentido de uma sendo aclarado por meio da outra -, dispostas numa relação contrapontística e assimétrica se considerada a dimensão espaço-temporal na qual se inserem. Com isso quero propor que uma análise conceitual precisa antes interrogar quando e porque a consciência teórica lança mão de determinados conceitos, o seu sentido sendo em parte aclarado no esforço de responder a essa pergunta. Nada impede que, uma vez respondida, se reconstrua a história do conceito numa longa duração, mas o seu sentido contemporâneo só será de fato compreendido se entendermos os motivos pelos quais, a partir de um determinado momento, passou a constar com alguma recorrência na consciência teórica, sendo essa a *diferença* a destacar por oposição ao seu uso indiscriminado.

Um rápido olhar sobre a bibliografia, veremos que, os que trazem a noção de território no título, são datados a partir da década de 1990, consideradas as suas primeiras edições. Para citar apenas alguns: Silveira, Souza e Santos (1994); Méo, G. D. (1996); Silveira e Santos (2001); Souza (2003); Telles e Cabanes (orgs.) (2006). Sem contar aqueles que também lançam mão da noção sem estampá-la no título: Guattari (1990);

¹ Texto para discussão no âmbito do Projeto “Territorialidades traçadas pelos fluxos populacionais na cidade de São Paulo”. Pipeq-temático (PUC-SP) (2016-2017). Pede-se não reproduzir nem citar.

² Professora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP e pesquisadora do Observatório das Metrópoles-Núcleo SP e coordenadora do Observatório da Zona Leste-SP.

Bourdieu (1991); Sassen (1994); Rolnik (1997); Santos (1998). Diferentes abordagens, originárias de campos de conhecimento e países diversos, convergem para a tentativa de elaborar o sentido da noção de território, seja de forma explícita, seja na intenção de dela se apropriar para explicar e posicionar-se diante do respectivo objeto de pesquisa.

Sem entrar no detalhamento das discussões próprias a cada um, considero que o que os aproxima é terem considerado que a noção de território cumpriria o objetivo de posicioná-los no âmbito do debate presente naquele momento e que se organizava em torno da noção de globalização econômica. Não só havia um intenso debate sobre o próprio sentido da globalização, a ponto de alguns a colocarem em dúvida, como havia aqueles que, para assumir uma postura crítica, passaram a tomar como contraponto a noção de território. Trata-se, então, de interrogar por que essa noção serviu, naquele momento, como contraponto à noção de globalização? O que nela estaria implícito que lhe garantiria essa função?

Uma das características do debate em torno da globalização econômica – noção mobilizada a partir dos anos de 1990 com o fim do mundo polarizado da guerra fria e com o desenvolvimento intensivo da tecnologia da informação – era a sugestão de que o mercado criava a possibilidade de se expandir para além do território nacional, rompendo suas fronteiras e criando um ambiente econômico que suplantava os limites dos Estados nacionais. Marcada pela temporalidade dos negócios, a globalização se anunciava numa nova escala, a escala global, e sugeria uma dimensão de tal forma desmaterializada que levou Saskia Sassen, em tom quase jocoso, anunciar, diante da apologia das relações em fluxo, de que “não existe uma entidade que se poderia denominar ‘economia global’ situada ‘lá fora’ em um espaço que existe fora do âmbito dos Estados-nação”. E continua: “na realidade, a localização dos espaços transnacionais em territórios nacionais define a atual fase da economia mundial” ([1994]1998, p. 12)³.

Eu ainda poderia citar Santos e Silveira (2001) que, como tantos outros que se colocaram a tarefa de se perguntar sobre o sentido da noção de território, lembraram em sua reflexão que, originalmente, ela possuía um “sentido mais restrito”, como “um nome *político* para o espaço de um país” (p. 19).

Era, portanto, o território nacional que reaparecia como contraponto e como reivindicação das fronteiras nacionais postas em xeque pela economia globalizada, dito e

³ Na primeira vez em que uma obra for citada, será indicada a primeira edição entre colchetes, nas demais, indicada somente a edição de referência.

repetido muitas vezes por esses autores das formas as mais diversas: “nos dias da globalização, um esforço de repensar o território” (Santos, Souza, Silveira, [1994] 1998, p. 11). Ou ainda: “o conhecimento do território tornou-se indispensável dada a sua importância nos processos de globalização e fragmentação que se verificam no mundo contemporâneo” (Souza, 2003, p. 17).

Estava desta forma constituído o contraponto – “no processo de transnacionalização, o território retorna como uma revanche” (Santos, Souza, Silveira, 1998, p. 11) – entre o processo de globalização econômica e o território nacional, a princípio.

No entanto, se é possível atribuir a retomada do conceito de território, num primeiro momento, como aquele referido às fronteiras nacionais, a dinâmica de localização no território nacional da economia globalizada – como mencionada por Sassen – produz o confronto entre escalas e temporalidades diversas *no mesmo espaço físico*, produzindo, neste caso, um primeiro deslizamento do conceito. É neste momento que território começa a se descolar do espaço físico que designava – o espaço de um país – para designar um tipo de ordem social diversa daquela imposta pela dinâmica da economia global.

Assume-se o que de alguma forma estava contido na ideia de *nacional*, mas com uma peculiaridade: o território define uma condição identitária cuja característica é se configurar como *espaço diferencial*⁴ (Lefebvre, [1974] 2000, p. 407-460) no espaço físico nacional por oposição à cunha vertical (Santos, [1994] 1998, p. 19)/ordem distante (Lefebvre, [1968] 1991, p. 46) da economia globalizada que finca sua ordem no interior das fronteiras nacionais (horizontalidades/ordem próxima, respectivamente Santos e Lefebvre).

Neste deslizamento, a noção de território assume várias adjetivações, muitas vezes por elas intercambiada. Uma delas, a noção de lugar, vulgarizada por Marc Augé no seu oposto, o não-lugar, obra publicada na mesma década (em 1992), e em que definia os espaços de trânsito internacional como aeroportos, rodoviárias, estações de trem e metrô,

⁴ “No meio das antigas contradições nascem novas que levam eventualmente o espaço abstrato em direção ao seu fim. A reprodução das relações sociais de produção no seio deste espaço não se realiza sem um duplo movimento: dissolução das relações, nascimento de novas relações. De sorte que o espaço abstrato, malgrado sua negatividade (ou antes, em razão desta negatividade) engendra um novo espaço que portará o nome de *espaço diferencial*. Por quê? Porque o espaço abstrato tende à homogeneidade, que reduz as diferenças (particularidades) existentes. O espaço novo não pode nascer (se produzir) senão acentuando as diferenças. Ele integrará o que o espaço abstrato desintegra: as funções, os elementos e os momentos da prática social” (Lefebvre, 2000, p. 64) (os textos em francês são tradução livre da autora).

mas também as grandes cadeias de hotéis e supermercados como os espaços despersonalizados (Augé, [1992] 1994, p. 74). “Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não-lugar” (1994, p. 73). No entanto, não pretendia sugerir que esses espaços estivessem em ambientes diversos, ao contrário: “O lugar e o não-lugar são, antes, polaridades fugidias: o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente – palimpsestos em que se reinscreve sem cessar o jogo embaralhado da identidade e da relação” (Idem, p. 74).

Duas imagens importam reter da sugestão de Marc Augé: a primeira, a de palimpsesto, que traz consigo a ideia de ordens superpostas sem que uma, no entanto, consiga apagar a outra. E, a segunda, a articulação da noção de lugar com a ideia de história. Nesta construção, o lugar aparece tanto como resultado da sua produção ao longo do tempo (produção do espaço, para lembrar Lefebvre [1974] 2000), mas também como aquele que antecede ao não-lugar que o confronta: escalas e temporalidades diversas em conflito, em confronto. A escala global contemporânea/presentificada – “os não-lugares, contudo, são medidas de nossa época” (Augé, 1994, p. 74) – em confronto com a escala histórico-local, lugares de grupos sociais que têm produzido o espaço ao longo do tempo, imprimindo nele a sua identidade.

Na terminologia marxiana de Lefebvre, o confronto entre lugar e não-lugar poderia muito bem traduzir-se na oposição entre *obra* e *produto*⁵, entre a produção do espaço por meio dos grupos sociais ao longo da história a imprimir sua identidade ao território (obra), por oposição às marcas do mercado global, desterritorializadas, não-lugares, passíveis de reconhecimento em todo o mundo – o *M* do McDonald’s (Fontenelle, 2002)⁶ – a fincar a imagem do *mesmo* em qualquer espaço físico que lhe seja franqueado.

⁵ “A própria cidade é uma *obra*, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos *produtos*. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca” (Lefebvre, 1991, p. 4).

⁶ “...o McDonald’s já é considerado por muitos um ‘símbolo da nova economia global’ dado o fato – esse sim concreto – de sua expansão acelerada a através do globo” (Fontenelle, 2002, p. 31). Ou ainda a mesma Fontenelle citando Benjamin Barber, que escreveu *McWorld*: “pelo avanço de forças econômicas e ecológicas que demandam a integração e uniformidade e mesmerizam o mundo com música rápida, computadores rápidos, comida rápida – com MTV, Macintosh e McDonald’s – forçando as nações a se inserirem em uma rede global comercialmente homogênea: um McMundo ligado por tecnologia, ecologia, comunicações e comércio” (Idem, p. 35).

Postas de lado as especificidades que lhes separam, o mesmo sentido é sugerido no conceito *território usado*, de Milton Santos (1998, p. 19)⁷, ou mesmo o *espaço físico apropriado*, de Bourdieu⁸, cuja tônica recai em adjetivos (uso e apropriação) que foram construídos na oposição à noção de alienação própria à sociedade de mercado capitalista, conforme discutida em Marx. Da mesma forma, no debate sobre a noção de território, serão produzidos os equivalentes ao conceito de alienação, materializados nos termos *desterritorialização* ou *desenraizamento* para designar a perda da identidade em relação ao território ou a perda mesma *do* território, se já podemos incorporar a identidade ao conceito.

Há aqui uma verdadeira inversão em relação às concepções de lugar na origem da sociedade moderna. Se lembrarmos a positividade atribuída, por exemplo, por Simmel (1902) à noção de cosmopolitismo, espanta que Todorov ([1996] 1999), ainda que valorizasse a sua experiência de “homem desenraizado”, tenha feito antes a opção por este termo – desenraizamento – para caracterizar a sua vida entre fronteiras. Se viver para além das fronteiras nacionais, no instante em que Simmel escrevia, era romper os limites sufocantes das pequenas cidades, agora os que podem com desenvoltura vagar para além delas percebem-se como homens desenraizados. Essa percepção, para lembrar um dos elementos da tríade lefebvriana, dá bem a nota do sentido que a questão da identidade assume na sociedade contemporânea.

No entanto, há que se atentar para o perigo de confundir a identidade com o espaço físico, pois isso poderia levar ao que Bourdieu bem sugeriu: estar preso a um lugar. Uma coisa é pensar o território identitário como contraponto crítico, no âmbito do pensamento (espaço concebido), ou mesmo como resistência (espaço vivido). Outra coisa é o território

⁷ “Por enquanto, o lugar – não importa sua dimensão – é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência a escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território)” (Santos, 1998, p. 19).

⁸ O espaço físico apropriado em Bourdieu tem uma conotação um pouco diversa da ideia de território usado em Milton Santos, pois para Bourdieu o espaço físico apropriado decorre da projeção no espaço físico da estrutura do espaço social, considerando a localização de bens e serviços, mas também dos agentes sociais na sua desigualdade na apropriação e distribuição dos diferentes tipos de capital. Nos seus termos: “a capacidade de dominar o espaço, sobretudo apropriando-se (material ou simbolicamente) de bens raros (públicos e privados) que se encontram distribuídos depende do capital que se possui. O capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis, ao mesmo tempo que aproximar-se de pessoas e coisas desejáveis (por causa, entre outras coisas, de sua riqueza em capital)...Inversamente, os que não possuem capital são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar ao lado de pessoas e dos bens mais indesejáveis e menos raros. A falta de capital intensifica a experiência de finitude: ela prende a um lugar” (Bourdieu, [1993] 1997, p. 163-164). É exatamente o que ele nomeia de efeitos de lugar.

identitário como destino. Neste caso, introduz-se outro deslizamento do conceito, quando, então, é preciso se interrogar pelos agentes sociais na sua ação, mais do que a reificação da ação no espaço.

Retomando Lefebvre, para quem as oposições binárias tendem ao fracasso analítico (2000, p. 49), os espaços devem ser compreendidos a partir de uma tríade: o espaço vivido, o espaço percebido e o espaço concebido (Idem, p. 50). Na discussão que fiz até agora, podemos dizer que estiveram em contraponto o espaço vivido – território – e o espaço concebido – desterritorialização da economia globalizada. Por mais produtiva que tenha sido em seu início compreender essa oposição, um terceiro momento do conceito vai introduzir o sujeito na ação de forma a então descolar ainda mais a noção de território do espaço físico que designava. E, neste caso, há não só uma modificação de sentido, mas há também uma mudança do próprio termo, agora compreendido como *territorialidade*.

Nos termos de Philippe Tizon, em sua abertura ao livro de Guy de Méo, trata-se antes de “reunir na noção de territorialidade (dos indivíduos) as duas abordagens, as duas visões da sociedade frequentemente apresentadas como contraditórias: o local e o global dos geógrafos, o social e o individual dos sociólogos, o privado e o público, o material e o ideal, o objetivo e o subjetivo” (Tizon in Meo, 1996, p. 28) por meio de uma análise que toma como objeto de investigação os percursos traçados pelos agentes sociais a partir de suas diversas posições no espaço social, produzindo-se ou “territorializando-se ao territorializar o espaço” (Idem, p. 28).

O agente social ganha destaque nesta forma de compreender o território que deixa de ser um espaço fixo, acabado, para ser compreendido por meio dos percursos traçados pelos agentes sociais⁹. “Cada um traça seus itinerários cotidianos mais ou menos regulares, encadeando caminhos e lugares, tecido espacial no seio do qual se negociam as relações, se efetua a produção, se articulam as relações afetivas e de amizade, de vizinhança também” (Idem, p. 24). Desta forma, ainda Tizon, “a relação individual com o espaço é ao mesmo tempo sofrida, constrangida (a dimensão espaço- tempo do território) e escolhida, desejada: cada um, segundo suas origens sócio-espaciais, sua

⁹ “Falo em agentes e não em sujeitos. A ação não é a simples execução de uma regra, a obediência a uma regra. Os agentes sociais, tanto nas sociedades arcaicas como nas nossas, não são apenas autômatos regulados como relógios, segundo leis mecânicas que lhes escapam. Nos jogos mais complexos – as trocas matrimoniais, por exemplo, ou as práticas rituais – eles investem os princípios incorporados de um habitus gerador: esse sistema de disposições poder ser pensado por analogia com a gramática gerativa de Chomsky – com a diferença de que se trata de disposições adquiridas pela experiência, logo, variáveis segundo o lugar e o momento” (Bourdieu, [1987]2004, p. 21).

posição social, seu estatuto familiar ou etário, dispõe de uma paleta mais ou menos larga de práticas que marcam profundamente suas relações com os lugares, as raízes, os novos arranjos do espaço freqüentado” (Idem, p. 25).

Por meio da noção de territorialidade, a questão identitária deixa de ser uma qualidade do espaço para ser um traçado produzido pelo agente social, muito mais fluido, sem limites claros, podendo trançar-se numa rede infinita de territorialidades em disputa.

A noção de território assim, ao transpor-se para noção de territorialidade, intercambia-se não mais com a noção de lugar, mas com a ideia de percurso, de rede, ou mesmo o ator-rede de Bruno Latour ([2005] 2012)¹⁰. Este é, por exemplo, o caminho escolhido por Vera Telles (2006)¹¹.

Na explosão-implosão da cidade (para novamente lembrar Lefebvre) a partir da perspectiva que coloca em destaque a noção de territorialidade, a cidade não se define pelos seus limites geográficos demarcados pelo espaço concebido no espaço físico, mas se define pela percepção – espaço percebido – dos vários agentes sociais que cruzam os diversos caminhos produzindo espaço e produzindo-se por meio dele cotidianamente. Traçar essas redes, mais do que demarcá-lo, passa a ser uma nova forma de conceber o território.

* * *

Do território associado ao espaço físico de um país, passando pela sua concepção identitária definidora de um lugar, chegamos à noção de territorialidade, muito mais fluida que a primeira. Não nos espantemos se nos deslizamentos vividos pela trajetória deste conceito nos deparamos com o desmonte pós-moderno do mundo bem circunscrito da modernidade. O risco está em, ao conceber os espaços traçados pelos fluxos,

¹⁰ “Bem sabemos que a primeira característica do mundo social é o constante empenho de algumas pessoas em desenhar fronteiras que as separam de outras; mas os sociólogos do social consideram que a principal característica desse mundo consiste em reconhecer, independentemente de quem as traça e com quais ferramentas, a existência inquestionável dessas fronteiras. (...) Portanto, a escolha é clara: ou seguimos os teóricos sociais e iniciamos a jornada determinando de início que tipo de grupo social e nível de análise iremos enfatizar, ou adotamos os procedimentos dos atores e saímos pelo mundo rastreando as pistas deixadas pelas atividades deles na formação e desmantelamento dos grupos” (Latour, [2005] 2012, p. 51).

¹¹ “Seguir as mobilidades urbanas não é, portanto, a mesma coisa que fazer a cartografia física dos deslocamentos demográficos. Não é simplesmente fazer o traçado linear de seus percursos (pontos de partida e pontos de chegada). Tempos biográficos e tempos sociais se articulam na linha de sucessão (das genealogias familiares e suas trajetórias), mas também supõe uma espacialização demarcada pelas temporalidades urbanas corporificadas nos espaços e territórios da cidade. Espaço e tempo estão imbricados em cada evento de mobilidade, de tal modo que, mais importante do que identificar os pontos de partida e os pontos de chegada, são esses eventos que precisam ser interrogados: pontos críticos, pontos de inflexão, de mudança e também de entrecruzamento com outras histórias....” (Telles e Cabanes, 2006, p. 70).

obliterarmos os que ainda permanecem aprisionados ao lugar – ainda que também eles possam desenhar suas redes – ou mesmo perdermos de vista a crítica intencionada na noção de território à economia globalizada. Resgatar percursos é também resgatar uma história de longa duração e no percurso da noção de território o que é bom manter em mira é sua origem crítica, sem a qual seguir os atores poderá ser apenas um trabalho divertido.

Em 26 de junho de 2017

Bibliografia citada

- Augé, Marc. (1994) *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP, Papirus.
- Bourdieu, Pierre. (1997) *A miséria do mundo*. Petrópolis, RJ, Vozes.
- Bourdieu, Pierre. (2004) *Coisas ditas*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- Elias, Norbert. (2005) *Introdução à sociologia*. Lisboa, Portugal, Edições 70.
- Elias, Norbert. (2006) *Escritos e ensaios. Estado, processo e opinião pública*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Fontenelle, Isleide Arruda. (2002) *O nome da marca: McDonald's, fetichismo e cultura descartável*. São Paulo, Boitempo Editorial.
- Guattari, Félix. (1992) *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo, Editora 34.
- Latour, Bruno. (2012) *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador, Bauru, Edufba, Edusc.
- Lefebvre, Henri. (1991) *O direito à cidade*. São Paulo, Editora Moraes.
- Lefebvre, Henri. (2000) *La production de l'espace*. Paris, Anthropos.
- Méo, Guy Di. (1996) *Les territoires du quotidien*. Paris, L'Harmattan.
- Santos, Milton. (1998) *O espaço do cidadão*. São Paulo, Studio Nobel.
- Santos, Milton; Souza, Maria Adélia A.; Silveira, Maria Laura (orgs.) (1998) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo, Editora Hucitec.
- Sassen, Saskia. (1998) *As cidades na economia mundial*. São Paulo, Studio Nobel.
- Santos, Milton; Silveira, Maria Laura. (2001) *O Brasil: territórios e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, São Paulo, Record.
- Simmel, Georg. (1902) "A metrópole a vida mental". In Velho, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

Souza, Maria Adélia Aparecida de. (2003) *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas, SP, Edições Territoriais.

Telles, Vera e Cabanes, Robert. (orgs.) (2006) *Nas tramas de cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo, Associação Editorial Humanitas.

Todorov, Tzvetan. (1999) *O homem desenraizado*. Rio de Janeiro, São Paulo, Editora Record.